



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2015

DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS:	5
2.1 ADMINISTRATIVA	5
2.1.1 Fiscalização do cumprimento do contrato nº 210/2012	5
2.1.2 Acompanhamento da auditoria no serviço de malote e correios	5
2.1.3 Auditoria nos contratos de vigilância patrimonial	6
2.1.4 Acompanhamento do Processo 2011/88599 – Almoxarifado Central	6
2.1.5 Monitoramento do Sistema de Controle Patrimonial	7
2.1.6 Monitoramento do Sistema de Frotas	7
2.1.7 Auditoria na atuação da CPMI – Comissão Permanente do Material Inservível.....	8
2.1.8 Fiscalização em prédios do interior	8
2.2 ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	9
2.2.1 Monitoramento da auditoria no processo de readaptação.....	9
2.2.2 Auditoria no controle interno administrativo: concessão de licença-prêmio	9
2.2.3 Auditoria em Folha de Pagamento – Servidores: Incorporações (LC 924/02).....	10
2.3 ÁREA DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	10
2.3.1 Monitoramento do cancelamento de Restos a Pagar.....	10
2.3.2 Auditoria de gestão de pagamentos de notas fiscais	12
2.3.3 Auditoria de pagamentos de contrato de prestação de serviços de TI.....	12
2.3.4 Desoneração em serviços de obras e engenharia.....	13
2.4 ÁREA DE GESTÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL	15
2.4.1 Monitoramento das recomendações contidas no RA 12/2014 – Auditoria no pagamento de diárias a servidores	15
2.4.2 Consultoria solicitada pela SAB sobre Planilha de Custos para Contratações Emergenciais.....	15
2.4.3 Monitoramento da aplicação das Resoluções CNJ nº 98/09, 169/13 e 183/13.	16
2.4.4 Desoneração em serviços de tecnologia da informação TI.....	19
2.4.5 Auditoria de Gestão em Distribuição de Verbas – Fóruns do Interior.....	20



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.4.6	Análise de regularidade de despesas com adiantamento relativo à verba de representação.....	21
2.5	ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	21
2.5.1	Acompanhamento patrimonial dos equipamentos de informática adquiridos em 2011 e Monitoramento dos bens de informática doados pelo CNJ.....	21
2.5.2	Auditoria nos sistemas de informação da área administrativa.....	22
2.5.3	Acompanhamento para verificar o nivelamento de TI.....	22
2.5.4	Acompanhamento da Ação Coordenada do CNJ para verificar a aderência à Resolução 182/13/CNJ.....	23
2.5.5	Auditoria de Resultados do PUMA.....	23
2.5.6	Auditoria Operacional em Sistemas de Segurança da Informação - SI.....	23
2.6	ÁREA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	24
2.6.1	Acompanhamento da auditoria em obras e serviços de engenharia.....	24
2.6.2	Auditoria em controles internos administrativos da gestão de obras e engenharia.....	24
2.6.3	Acompanhamento do projeto Fóruns São Paulo.....	25
2.6.4	Auditoria de Gestão em contratos de obras e serviços de engenharia.....	25
2.6.5	Fiscalização do cumprimento de referenciais definidos na Tabela de Componentes Padronizados.....	25
2.6.6	Auditoria de Gestão em contratações emergenciais.....	26
3.	APOIO AO CONTROLE EXTERNO (Tribunal de Contas do Est. de São Paulo).....	26
4.	EMISSÃO DE PARECERES DE REGULARIDADE EM CONTRATAÇÕES DIRETAS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (art. 96, § único, do Prov. 2138/13).....	26
5.	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	26



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

1. APRESENTAÇÃO

Esta Diretoria de Controle Interno possui como missão institucional assegurar a legalidade, economicidade e eficiência no desempenho das gestões administrativas. Para tanto, são efetuadas ao longo do ano auditorias internas, inspeções e fiscalizações visando verificar a regularidade dos procedimentos e sistemas adotados pela Instituição na execução de suas atividades, bem como avaliar o grau de adequação às exigências legais e metas estabelecidas, além de assessorar e fornecer à alta Administração as informações gerenciais para tomada de decisões.

Todavia, para cumprimento de sua missão, especialmente considerando a complexidade da maior Corte do país, necessário o constante aprimoramento da estrutura, conhecimento técnico e forma de atuação.

Houve capacitação em técnicas de auditoria em diversas instituições, públicas e privadas. A somatória das horas/aulas de todos os cursos, simpósios e palestras que os integrantes desta DCI participaram alcançou o montante de 4.381 h/a. Tal política de investimento elevou o nível de conhecimento e ampliou as possibilidades de atuação nas mais diversas áreas administrativas desta E. Corte.

Em relação à atuação desta DCI na fiscalização do uso dos recursos públicos, cabe ressaltar que os trabalhos geram benefícios ao erário, mensuráveis e não mensuráveis. Dentre os mensuráveis, no ano de 2015, foram iniciados trabalhos que, segundo previsões melhor detalhadas no decorrer do presente relatório, podem gerar R\$ 43.010.738,59 de economia aos cofres públicos, e a liberação de outros R\$ 38.889.456,48 que estavam desnecessariamente bloqueados para pagamentos de contratos. Cabe anotar que, dentre o valor de economia anteriormente mencionado, deve-se subtrair o valor de R\$ 19.031.124,73 que já foi indicado no Relatório Anual de Atividades de 2014.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2. ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS:

2.1 ADMINISTRATIVA

2.1.1 Fiscalização do cumprimento do contrato nº 210/2012

Trata-se de análise da aquisição de cadeiras fixas e giratórias, armazenamento, distribuição dos bens e utilização da garantia. Concluído o Relatório Final, as recomendações foram acolhidas pela Presidência. Determinado o atendimento pela SAB, esta apresentou Plano de Ação, o qual foi analisado por esta Diretoria que fez algumas observações com sugestões e complementos, nos termos da Informação nº 51/2015.

Pendências: Aguardando manifestação da Secretaria de Abastecimento-SAB sobre a Informação nº 51/2015.

2.1.2 Acompanhamento da auditoria no serviço de malote e correios

Foi realizada auditoria com a finalidade de verificar o fiel cumprimento dos contratos com os Correios e a correta utilização dos serviços por eles oferecidos, o que resultou na elaboração de recomendações acolhidas pela E. Presidência. Apresentado Plano de ação pela SPI, foi monitorada a implantação das medidas necessárias: regulamentação do uso de SEDEX e PAC, necessidade de guarda do comprovante de entrega e aviso de recebimento, disponibilização do Sistema Eletrônico de Faturamento dos Correios que possibilitará dinamização do ateste das Notas Fiscais, criação de funcionalidades que permitem devolução e reencaminhamento da guia de transporte, readequada a numeração dos CEP's, relatório estatístico sobre movimentação de malotes e formulário de prestação de contas. A integração entre os sistemas M&M e SAJ/PG, SAJ/ SG está em fase de conclusão. A SJ, que ainda não utiliza o serviço de Malas e Malotes, obteve autorização da Presidência para que inicie a utilização do sistema após a integração com do SAJ-PG e SAJ-SG.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Pendências: Aguardando conclusão das funcionalidades pela STI e posterior utilização pela SPI e SJ.

2.1.3 Auditoria nos contratos de vigilância patrimonial

Auditoria realizada com o objetivo de examinar os contratos de vigilância patrimonial, aderência à legislação pertinente e ao Caderno Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC), efetuar análise comparativa dos preços praticados, com avaliação da gestão e fiscalização para obtenção de economia ao erário público. Foram analisadas as documentações pertinentes (contratos, folhas de pagamento, documentos das empresas terceirizadas...), verificados os procedimentos realizados pelos fiscais dos contratos através de inspeções físicas e questionários enviados a Comarcas do Interior. Concluído o Relatório Preliminar, foi remetido para as áreas auditadas - SAD e SAB, para manifestações.

Pendências: Analisada a resposta da SAD, no momento aguarda-se a manifestação da SAB, para análise e elaboração do Relatório Final.

Potenciais Benefícios Econômicos: Indexação dos valores máximos dos contratos nos valores de referência CADTERC, pois se a medida fosse aplicada representaria uma economia de R\$ 7.112.690,65 anuais. Correção da forma de cálculo de faltas e atrasos, o que poderá resultar em uma economia de R\$ 42.000,00 anuais.

2.1.4 Acompanhamento do Processo 2011/88599 – Almoxarifado Central

Realizada auditoria no Almoxarifado Central e com a posterior implantação da Rede de Suprimentos, houve expectativa de redução das atividades do setor. Consultada a SAB sobre o impacto das atividades no local, as providências tomadas com relação a itens sem movimentação e sobre a aquisição de tampos de vidro, uma vez que há este material em estoque. A SAB esclareceu que o excesso de tampos de vidros ocorreu por falta de retirada



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

do material pelas unidades, tendo em vista a ausência de transporte adequado, sem, porém, esclarecer o que motivou nova aquisição do mesmo material. Apresentado plano de ação pela SAB foi esclarecido que materiais com estoque excedente serão redirecionados às Administrações que demonstrarem interesse, e aqueles considerados inservíveis serão encaminhados à CPMI. Informou que não haverá mais aquisição de tampos de vidro e, no caso de eventual necessidade, será realizada compra específica.

Pendências: Aguardando o prazo para conclusão do plano de ação, previsto para março de 2016

2.1.5 Monitoramento do Sistema de Controle Patrimonial

Realizado estudo sobre o sistema SIP e inspeção, por amostragem, dos bens patrimonializados, a Presidência acolheu várias recomendações. O estudo alcançou a SAB, SAD a STI e SOF. Das 21 recomendações, seis delas já foram atendidas, sendo que as demais dependem da atualização da Portaria 8448/14 e de Plano de Ação, ambos de responsabilidade da SAB.

Pendências: Aguardando resposta com a apresentação do Plano de Ação pela SAB, bem como a atualização da Portaria Normativa 8448/2011.

2.1.6 Monitoramento do Sistema de Frotas

Durante auditoria na Secretaria de Administração, foi constatado que o sistema de gerenciamento da frota, módulo integrante do SAJ-ADM, não estava sendo utilizado. Com a determinação da E. Presidência para plena utilização do sistema, foi elaborado projeto piloto para implantação na DARAJ 10, com cursos de capacitação promovidos pela STI. Concluída a fase piloto, o sistema de frotas foi expandido para todas as Comarcas do interior.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

Pendências: Constatado que o sistema de frotas necessita de ajuste para inserção de informações sobre manutenção da frota do interior. Aguardando readequação do sistema pela STI.

2.1.7 Auditoria na atuação da CPMI – Comissão Permanente do Material Inservível

Com o objetivo de verificar a obediência ao regramento existente e identificar melhorias no descarte de materiais, foi analisado o fluxograma das atividades da CPMI, dos processos (requisitados por amostragem) que cuidam da destinação de materiais inservíveis e do cadastramento de entidades que podem ser beneficiadas com as doações. Foi realizada visita à entidade Casa da Criança Nossa Senhora Aparecida, para verificação do aproveitamento das doações recebidas e feita pesquisa do CNPJ das empresas receptoras de doação, para comprovar a finalidade filantrópica das empresas receptoras de doação, que culminou no Relatório Preliminar nº 01/2015, devidamente remetido para a SAB para manifestação.

Pendências: Aguardando manifestação da SAB sobre o Relatório Preliminar, para posterior elaboração do relatório final.

2.1.8 Fiscalização em prédios do interior

Realizadas reuniões de alinhamento com a SOF e SAB, foram definidas que as Comarcas de Santos, São Caetano do Sul e Louveira seriam fiscalizadas in loco. Foram levantadas informações gerenciais sobre as Comarcas e, de posse da documentação necessária, foram realizadas visitas às Administrações locais para levantamento de dados para subsidiar análise da gestão dos contratos de vigilância patrimonial e de limpeza, além da utilização do sistema ALX e estoque físico do almoxarifado da unidade.

Pendências: Em fase de elaboração do relatório preliminar.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.2 ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

2.2.1 Monitoramento da auditoria no processo de readaptação

Com a finalidade de avaliar o controle interno administrativo e a conformidade dos procedimentos adotados no processo de readaptação com as normas vigentes, a Presidência aprovou as recomendações desta Diretoria no Relatório Final 06/2014. A SAS apresentou seu Plano de Ação, que menciona a criação de questionários a serem respondidos pelos readaptados e por seus superiores hierárquicos, para monitoramento das restrições médicas, e também a elaboração de minuta de Portaria para atualização e regulamentação do processo de readaptação, a qual foi encaminhada à Presidência.

Pendências: Aguardando resposta da SAS, sobre o expediente encaminhado para a Presidência, para análise da minuta da Portaria.

2.2.2 Auditoria no controle interno administrativo: concessão de licença-prêmio

Com o objetivo de analisar a conformidade entre a concessão de licença-prêmio e as respectivas normas, foi atualizado o fluxograma de trabalho do setor responsável, considerado o reconhecimento do direito a licença-prêmio àqueles servidores admitidos pela Lei nº 500/74, e a utilização do sistema informatizado do Tribunal de Justiça, através do GED-Solicitações. Efetuada a análise das normas pertinentes, reconhecimento do sistema de informática e dos procedimentos utilizados na concessão do benefício, foram requisitados arquivos de banco de dados relativos a servidores que tiveram a licença-prêmio concedida no primeiro semestre de 2014. Após a filtragem e análise dos arquivos recebidos, foi efetuado cruzamento de dados entre os sistemas utilizados. Elaborado Relatório Preliminar 07/2014, a área auditada



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

apresentou sua manifestação. Acolhidas as recomendações pela Presidência, as mesmas foram encaminhadas para a SGRH, para atendimento. A SGRH encaminhou as considerações da STI relativas a unificação dos bancos de dados e aspectos específicos para contagem de tempo para fins de licença-prêmio e de desenvolvimento de novo módulo de licença-prêmio.

Pendências: Aguardando cumprimento das recomendações da E. Presidência.

2.2.3 Auditoria em Folha de Pagamento – Servidores: Incorporações (LC 924/02)

Tem a finalidade de analisar o regramento e os procedimentos de contagem de tempo, tanto para servidores designados ou nomeados, como para servidores em substituição do superior hierárquico e sua substituição de superior. A auditoria está em andamento, com a requisição de processos de servidores que fizeram jus a incorporação de vencimentos no 1º semestre de 2014.

Pendências: Análise dos processos requisitados.

2.3 ÁREA DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

2.3.1 Monitoramento do cancelamento de Restos a Pagar

Trata-se de plano de ação instituído junto aos gestores de contratos desta C. Corte para que mantenham a SOF atualizada quanto à manutenção ou liberação de baixa dos valores inscritos em Restos a Pagar.

A fim de agilizar os procedimentos para baixar a quantidade de itens e valores comprometidos em Restos a Pagar, esta DCI em ação conjunta e com base no levantamento fornecido pela SOF, solicitou e consolidou os dados



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

referentes a Restos a Pagar dos contratos que envolvem as Unidades da Daraj, SAB, SAD, SGRH, SJ, SPRH e SPR deste E. Tribunal.

Até esta data, os dados apurados e consolidados por esta Diretoria foram encaminhados à SOF para providências, de acordo com o demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 - Posição dos dados consolidados de Restos a Pagar

Unidades do TJSP	Inscritos em Restos a Pagar		Liberados para Baixa em RP	
	ANTES		APÓS Plano de Ação	
	itens	R\$	itens	R\$
Daraj	27	978.894,59	20	421.930,87
SAB	62	2.674.309,93	59	2.149.920,40
SAD	732	66.606.213,64	521	27.701.448,80
SGRH	6	6.992.405,96	6	6.992.405,96
SJ	5	144.551,19	5	144.551,19
SPRH	10	1.465.964,30	10	1.465.964,30
SPR	2	13.234,96	2	13.234,96
total	844	78.875.574,57	623	38.889.456,48
Redução percentual de itens:				74%
Redução percentual em valores:				49%

Pendências: Aguardando a resposta da SAD quanto a 107 itens de RP equivalente ao valor total de R\$ 806.865,89.

Potenciais Benefícios Econômicos: baixa contábil de **R\$ 38.889.456,48** que estavam inscritos em Restos a Pagar e que poderão ser utilizados por este E. Tribunal para atender outras demandas.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

2.3.2 Auditoria de gestão de pagamentos de notas fiscais

O Objetivo do trabalho foi analisar os motivos que causam o pagamento de multa e juros de mora referente ao atraso no recolhimento de impostos, sobretudo, de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, nas hipóteses de retenção do imposto quando do pagamento de serviços terceirizados.

Com base na amostra selecionada, verificou-se que em 2014 foram emitidas 1.268 notas de lançamentos para contabilizar o pagamento de multa e juros incidentes sobre ISSQN. Durante os trabalhos foi observado que aproximadamente 50% dos atrasos no pagamento das guias decorrem da indicação do mês da realização dos serviços como fato gerador ao invés da data da emissão da nota fiscal, fato este que inviabiliza a realização do pagamento em tempo hábil.

A fim de definir um critério, foi encaminhado à SOF a Informação nº 39/2015 e o Relatório Preliminar com proposta de padronização do procedimento para preenchimento da guia de ISSQN, adotando-se a data de emissão da nota fiscal como fato gerador do imposto. Antes de se manifestar, a SOF está aguardando deliberação da E. Presidência a este respeito.

Ressaltamos que o propósito desse critério é a redução de valor com despesas dessa natureza e, conseqüentemente, a otimização de recurso humano da SOF, com diminuição da carga de trabalho operacional na contabilização desses encargos.

Pendências: Aguardando a deliberação da E. Presidência e a manifestação da SOF para posterior conclusão do Relatório de Auditoria.

2.3.3 Auditoria de pagamentos de contrato de prestação de serviços de TI

Trata-se de análise dos pagamentos efetuados em conformidade com os serviços executados referente à execução do Contrato nº 000.212/07 firmado com a empresa Softplan Planejamento e Sistemas Ltda para desenvolvimento de módulo de indexação e recuperação textual, integrante da solução SAJ e a



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

prestação de serviços de desenvolvimento e implantação do Portal de Pesquisa da Biblioteca de Julgados de 1º e 2º grau e Biblioteca.

Após efetuar os exames documentais, conferência de cálculos, revisão analítica, entre outros procedimentos, ratificou-se trabalho anteriormente realizado em que foi constatado pagamento indevido à empresa referente a valores desembolsados mensalmente pela manutenção de sistema antes de sua implantação.

Pendências: Acompanhamento do andamento do Processo Administrativo Apuratório nº 2013/162192 relativo ao ressarcimento de valores dos serviços de garantia de atualização tecnológica e funcional, suporte técnico e manutenção pós-implantação.

Potenciais Benefícios Econômicos: Restituição de valores a este E. Tribunal, estimado em **R\$ 562.664,89** (dez/2014), a ser corrigido monetariamente.

2.3.4 Desoneração em serviços de obras e engenharia

Revisão dos contratos de serviços de obras e engenharia abrangidos pela desoneração da folha de pagamento, em razão da aplicação da Lei nº 12.546/11 que dispõe sobre a substituição da contribuição previdenciária patronal - CPP de 20% sobre a folha de pagamento pela alíquota de 2% de contribuição previdenciária sobre a receita bruta – CPRB.

Foram analisados 301 processos que envolvem contratação de serviços de obras e engenharia, com parcela de mão de obra residente ou eventual, nos quais efetuamos análise documental e contratual, estudo da legislação, pesquisa acerca do enquadramento das empresas na desoneração da folha de pagamento, requisição de documentos, elaboração de cálculos, assim como apuração da economia estimada com a desoneração, com o propósito de viabilizar a revisão dos contratos.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Dos 301 processos analisados, 10 estão pendentes por apresentarem documentação incompleta, 291 foram concluídos, sendo que dentre eles verificamos que 40 apresentam possibilidade de restituição de valores e reequilíbrio econômico, conforme demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 - Quantidade de Processos x Economia Estimada

Processos/Contratos: Obras e Engenharia	Contratos sujeitos à Restituição e ou à Redução de Valores	Economia Estimada Apurada
pendentes ¹	10	-
concluídos:	291	R\$ 1.309.574,15
total:	301	-

Registramos que há fatores externos que podem comprometer o resultado do valor apurado, tais como a edição da Lei 13.161/2015¹ que, entre outras coisas, aumenta a alíquota da CPRB² e ainda o pedido de reexame com efeito suspensivo de parte do Acórdão TCU nº 2859/2013.

Pendências: Monitoramento da conclusão dos Processos encaminhados à SAB, conclusão da análise dos dez processos pendentes e elaboração do Relatório dos trabalhos realizados da revisão contratual dos serviços de Obra e Engenharia em conjunto com os de TI.

Potenciais Benefícios Econômicos: Restituição e Reequilíbrio Econômico dos valores relativos à economia tributária das empresas para contratos encerrados e em andamento, no montante de **R\$ 1.309.574,15**.

¹ Existem processos com término previsto para depois de dezembro/2015, data da entrada em vigor da Lei 13.161/2015

² CPRB: Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.4 ÁREA DE GESTÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

2.4.1 Monitoramento das recomendações contidas no RA 12/2014 – Auditoria no pagamento de diárias a servidores

A auditoria foi fundada em análise de procedimentos para pagamento de diárias a servidores, bem como de procedimentos relativos a pagamento de auxílio alimentação por ocasião do pagamento da diária juntamente com o desconto na folha de pagamento. Foram constatados alguns pagamentos indevidos, inferiores e superiores aos valores previstos em normas vigentes.

Pendências: Aguardando resposta da consulta realizada pela SGRH à assessoria de RH da Presidência questionando sobre a quem deve ser atribuída a responsabilidade na identificação da relação de interesse deste E. Tribunal com os cursos realizados pelos servidores, a fim de evitar o desconto dos auxílios de alimentação e transporte.

2.4.2 Consultoria solicitada pela SAB sobre Planilha de Custos para Contratações Emergenciais

Estudo de legislação tributária e de Manuais sobre Planilhas de Composição de Preços utilizados pelos entes públicos, elaboração e parametrização de Planilha para as situações de contratações emergenciais.

Pendências: Monitoramento: Verificação da aplicabilidade das Planilhas elaboradas.

Potenciais Benefícios Econômicos: Economia de 1,45% pontos percentuais nas Contratações Emergenciais desta E. Corte.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.4.3 Monitoramento da aplicação das Resoluções CNJ nº 98/09, 169/13 e 183/13.

Trabalho realizado para acompanhamento do plano de ação em atendimento às determinações acolhidas pela E. Presidência, referente à aplicação das Resoluções CNJ 98/09 e 169/13 que dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça.

Para atendimento das recomendações do RA 03/2013 foram criados 04 grupos de trabalho distintos coordenados por esta DCI, sendo que durante o exercício de 2015 foram monitoradas as seguintes Recomendações:

⇒ **Recomendação do RA 03/2013 – Item 8 – Processo 2015/42548:**

Renegociação do Contrato nº. 000.037/12 com a empresa MPS Informática Ltda., bem como a revisão dos demais contratos de prestação de serviços de Informática, com mão de obra residente. *(item 8 do Relatório).*

Foi constada diferença entre os salários expressos nas planilhas de composição de custos do contrato em comparação com os salários auferidos pelos funcionários da empresa MPS Informática Ltda.

Em atendimento à determinação da assessoria da E. Presidência esta DCI apurou o montante pago a maior por esta E. Corte. O cálculo elaborado compreendeu o período de abr/12 a mar/15 – 36 meses.

Ainda, em atendimento à determinação da E. Presidência foi redigida uma cláusula pela SAB/GTAJ que deverá constar nos Editais e respectivos Contratos de serviços que envolvam mão de obra residente determinando que as empresas não paguem salários inferiores aos constantes da proposta oferecida no procedimento licitatório, impedindo assim, a prática constatada.

Pendências: Acompanhamento do andamento do Processo 2013/184919-STI que se encontra em trâmite na Secretaria de Tecnologia da Informação



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

(STI); Apuração das diferenças a partir de abril/2015; e Revisão pela STI dos demais contratos de TI.

Potenciais Benefícios Econômicos: Restituição e Reequilíbrio Econômico, decorrente da apuração realizada que corresponde a **R\$ 5.651.114,38** (sem correção) para o período de 36 meses.

⇒ **Recomendações do RA 03/2013 – Item 15 – Processo 2015/42549**

Edição de Portaria pelas Unidades Administrativas, SOF, SAD, SAB e DARAJ, destinada a regulamentar os termos do art. 10 das Resoluções números 169/13 e 183/2013 do CNJ, para disciplinar as atribuições das Secretarias do TJSP no que diz respeito à verificação dos percentuais das rubricas indicadas no edital de licitação, ao acompanhamento, ao controle, à conferência dos cálculos efetuados, à confirmação dos valores e à documentação apresentada e demais verificações pertinentes, assim como a autorização para movimentar a conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.

Foram realizadas reuniões com a SOF, Banco do Brasil, GTAJ, GPL, SAB e Daraj para discussão e aperfeiçoamento da Minuta elaborada por esta DCI e encaminhada para análise e considerações do Grupo de Trabalho formado para tal fim. Foi definido que a regulamentação para atender o art. 10 das Resoluções 169/2013 e 183/2013 do CNJ será realizada por meio de Instrução Normativa desta E. Corte.

Pendências: Aguardando análise, considerações e aprovação de todas as Secretarias/Diretorias envolvidas para publicação da Instrução.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

⇒ **Recomendações do RA 03/2013 – Item 13 – Processo 2015/42533**

Elaboração de estudo pela STI em conjunto com a SOF e a SAD, com a finalidade de desenvolvimento de um módulo no Sistema Administrativo - SAJ/ADM para controlar a execução dos contratos que envolvam funcionários terceirizados, em atendimento aos dispositivos das Resoluções do CNJ números 102/2009 e 169/2013.

Acompanhamento dos trabalhos realizados para o desenvolvimento de Sistema de Controle de Terceirizados, que está sendo desenvolvido pela empresa SOFTPLAN, com a expedição de ofícios periodicamente, solicitando informações atualizadas quanto ao desenvolvimento das fases do Sistema e Controle de Terceirizados.

Pendências: Aguardando a conclusão do desenvolvimento das fases do Sistema de Controle de Terceirizados.

⇒ **Recomendações do RA 03/2013 – Itens 1, 5 e 7 – Protocolo 2015/101123**

- Inclusão no Contrato de indicação da data base do dissídio coletivo e do sindicato ao qual a categoria contratada está vinculada. *(item 1 do Relatório)*
- Orientação às empresas pela SAB de apresentação de planilhas sem cor de fundo ou sombra, evitando dificuldades quando da digitalização das mesmas. *(item 5 do Relatório)*
- Inclusão de cláusula indicando que os valores a serem pagos pela empresa aos funcionários (mão de obra residente) não podem ser menores do que os informados nas planilhas de composição de custos. *(item 7 do Relatório)*



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Expedição do Ofício DCI 53/2015 solicitando posição quanto às ações adotadas para cumprimento das recomendações.

Pendências: Aguardando resposta da SAB quanto ao contido no Ofício DCI 53/2015.

2.4.4 Desoneração em serviços de tecnologia da informação TI

Trabalho iniciado no exercício de 2014 para revisão dos contratos de serviços de Tecnologia da Informação – TI em razão da aplicação da Lei nº 12.546/11 que dispõe sobre a substituição da contribuição previdenciária patronal - CPP de 20% sobre a folha de pagamento pela alíquota de 2% de contribuição previdenciária sobre a receita bruta – CPRB.

Foram analisados 57 processos que envolvem contratação de serviços de TI com parcela de mão de obra residente ou remota, nos quais efetuamos análise documental e contratual, estudo da legislação, pesquisa acerca do enquadramento das empresas na desoneração da folha de pagamento, requisição de documentos, elaboração e parametrização de cálculos, comparação e cálculo das planilhas de custos, bem como a apuração do valor desonerado e da economia estimada com a desoneração, com o propósito de viabilizar a revisão dos contratos a partir da vigência da Lei 12.546/2011.

Dos 57 processos analisados, dois estão pendentes e 55 foram concluídos, sendo que dentre estes verificamos que 24 contratos estão sujeitos à revisão contratual com possibilidade de restituição de valores e reequilíbrio econômico-financeiro, conforme demonstrado na Tabela 3:



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Tabela 3 - Quantidade de Processos x Economia Estimada

Processos/Contratos: TI	Contratos sujeitos à Restituição e ou à Redução de Valores	Economia Estimada Apurada
pendentes:	2	-
concluídos em 2014	20	-
concluídos em 2015	35	R\$ 28.332.649,52
total:	57	-

Ressaltamos que os cálculos foram apurados de acordo com os critérios estabelecidos em curso de capacitação promovido pelo CNJ. Registramos, ainda, que há fatores externos que podem comprometer o resultado do valor apurado, tais como a edição da Lei nº 13.161/2015 que, entre outras coisas, aumenta a alíquota da CPRB³ e, ainda, o pedido de reexame com efeito suspensivo de parte do Acórdão TCU nº 2859/2013.

Pendências: Monitoramento da conclusão dos Processos encaminhados à SAB, conclusão dos dois processos pendentes, elaboração do Relatório dos trabalhos realizados da revisão contratual dos serviços de TI em conjunto com os de Obra e Engenharia.

Potenciais Benefícios Econômicos: Restituição e Reequilíbrio Econômico dos valores relativos à economia tributária das empresas para contratos encerrados e em andamento, no montante de **R\$ 28.332.694,52** (*sem correção monetária*).

2.4.5 Auditoria de Gestão em Distribuição de Verbas – Fóruns do Interior.

Realizadas reuniões de alinhamento com a SOF e SAB, foram definidas que as Comarcas de Santos, São Caetano do Sul e Louveira seriam fiscalizadas in loco. Foram levantadas informações gerenciais sobre as Comarcas e, de

³ CPRB: Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

posse da documentação necessária, foram realizadas visitas às Administrações locais para levantamento de dados para subsidiar análise da gestão do emprego dos recursos oriundos da distribuição de verbas, e também controle patrimonial e de frota.

Pendências: Em fase de elaboração do relatório preliminar.

2.4.6 Análise de regularidade de despesas com adiantamento relativo à verba de representação.

Trabalho decorrente da concessão de numerário ao servidor Henrique Rodrigo Galhardo, Coordenador da Secretaria da Presidência – SPr 1.1, para os casos de despesas expressamente definidos em lei, que não possam subordinar-se ao processo ordinário ou comum.

Emissão de 12 Pareceres sobre regularidade das Prestações de Contas e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE).

Pendências: Aguardando Sentença do TCE sobre a regularidade de 4 prestações de contas.

2.5 ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.5.1 Acompanhamento patrimonial dos equipamentos de informática adquiridos em 2011 (RA 8/2012 - item 2.1 - PAA 2012) e Monitoramento dos bens de informática doados pelo CNJ (RA 9/2012 - item 2.2 PAA - 2012)

Essas ações de acompanhamento verificaram o cumprimento das recomendações contidas nos relatórios visando a adequação do Tribunal às diretrizes estabelecidas pelo CNJ para as contratações de soluções de TIC, saneamento das irregularidades apontadas e atendimento ao art. 9º, § 2º da Res. 90/09/CNJ4.

Art. 9º, § 2º da Res. 90/09/CNJ - Deverão ser definidos processos para gestão dos ativos de infraestrutura de TIC do Tribunal, de acordo com as melhores práticas preconizadas pelos



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Pendências: A STI informou que está aguardando a revisão e publicação da portaria 8.448/2011 para posterior encaminhamento do plano de ações.

2.5.2 Auditoria nos sistemas de informação da área administrativa (RA 18/2014 - item 5.1 - PAA 2014).

Acompanhamento das recomendações do relatório de auditoria nº 18/2014 (item 5.1 PAA 2014) que avaliou o uso dos sistemas de informação implantados na área administrativa, observando o alcance dos objetivos das áreas, o tempo de finalização dos chamados e as horas utilizadas nos atendimentos aos serviços executados.

Pendências: A área auditada apresentou o plano de ações para atendimento ao recomendado, e, no momento, está mapeando os processos de trabalho, avaliando o nível de maturidade desses e tratando as críticas e sugestões recebidas com a finalidade de promover a melhoria contínua dos serviços e o alcance das metas.

2.5.3 Acompanhamento para verificar o nivelamento de TI (RA 19/2014 - item 5.2 - PAA 2014).

Acompanhamento das recomendações do relatório de auditoria nº 19/2014 (item 5.2 PAA 2014) oriundas da Ação Coordenada de Auditoria estabelecida pelo E. CNJ, com o intuito de avaliar o nivelamento de infraestrutura de TI em relação às disposições da Res. 90/09/CNJ. A unidade informou o cumprimento de alguns itens do plano de ações, dentre eles, a instituição do Plano Anual de Capacitação.

Pendências: Definição, por parte da STI, da política de gestão de pessoas, da normatização dos processos de trabalho e gestão das contratações de soluções de TI, bem como a designação, em conjunto com a SPRH, de novos funcionários à STI.

padrões nacionais e internacionais, notadamente no que tange ao registro e acompanhamento da localização de cada equipamento.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.5.4 Acompanhamento da Ação Coordenada do CNJ para verificar a aderência à Resolução 182/13/CNJ (RA 20/2014 - item 5.3 - PAA 2014).

Acompanhamento do RA 20/2014 (item 5.3 PAA 2014) que verificou a adequação do Tribunal às diretrizes para as contratações de Solução de TIC, com escopo no modelo de contratação e gestão de soluções de TI, estabelecidas na Resolução nº 182/2013 do E. CNJ.

Pendências: Conforme informações da STI, os trabalhos para atendimento às recomendações da DCI e à Res. 182/13/CNJ estão sendo executados em conjunto com a SAB.

2.5.5 Auditoria de Resultados do PUMA (RA 14/2015 - item 5.1 - PAA 2015)

O relatório preliminar nº 14/2015 tem o intuito de verificar os resultados alcançados no Plano de Unificação, Modernização e Alinhamento de 2ª instância – PUMA, sua gestão contratual (contrato 2012/000276) e a aplicação adequada dos recursos de TI.

Pendências: Aguardando informações complementares da STI para finalização e encaminhamento do Relatório Preliminar.

2.5.6 Auditoria Operacional em Sistemas de Segurança da Informação - SI (RA 15/2015 - item 5.2 - PAA 2015)

O relatório de auditoria nº 15/2015 verificou a adequação do corpo técnico da área de Segurança da Informação em relação aos ativos de informação da Instituição, bem como a eficácia do plano de contingência e produziu orientações no sentido de: adequar o quantitativo de profissionais efetivos para atuação na área; elaborar de planos anuais de capacitação voltados à SI; moldar as instalações da STI 4.2 de acordo com a ABNT 27001:2005 e acompanhar o progresso do plano de ações originado pelas recomendações do RA 12/2013 (Proc. 2013/00150845).



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Pendências: Aguardando respostas às recomendações do relatório de auditoria.

2.6 ÁREA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

2.6.1 Acompanhamento da auditoria em obras e serviços de engenharia (RA 21/2014 - item 6.1 - PAA 2014).

Acompanhamento do plano de ações elaborado pela Secretaria de Administração, provenientes das recomendações do relatório de auditoria nº 21/2014.

Pendências: Em relação ao cumprimento das ações, a unidade informou que parte encontra-se na dependência de outras áreas do Tribunal e, quanto às ações 4 a 6, salientou estar no aguardo da realização de um curso para conclusão da análise.

2.6.2 Auditoria em controles internos administrativos da gestão de obras e engenharia (RA 22/2014 - item 6.2 - PAA 2014).

O relatório de auditoria teve como objetivo verificar o funcionamento do controle interno administrativo na gestão de obras de engenharia realizada pela Secretaria de Administração que culminaram em planos de ações provenientes das recomendações que orientaram: a revisão periódica das Normas para Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; a edição de norma de serviço, disciplinando o Capítulo II "DO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES", do Provimento nº 2138/13; assim como, elaboração de programa, em nível institucional, sobre gestão de riscos, visando à criação de controles para maior eficiência ao monitoramento dos processos de trabalho e a capacitação dos funcionários.

Pendências: Acompanhamento dos planos de ações elaborados pelas Secretarias da Administração e Planejamento Estratégico.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.6.3 Acompanhamento do projeto Fóruns São Paulo (Item 6.3 - PAA 2014).

Acompanhamento de ressarcimento dos percentuais relativos à bonificação de despesas indiretas – BDI, oriundo das Atas de Registro de Preços 25, 30 e 31/2013.

A SAD e o DARAJ prestaram informações, constatando-se a redução na taxa de BDI em contratos oriundos das Atas de Registro de Preços 25, 30 e 31/2013 e a devolução de valores pagos indevidamente.

Pendências: Concluído.

2.6.4 Auditoria de Gestão em contratos de obras e serviços de engenharia (RA 17/2015 - item 6.1 - PAA 2015).

O relatório de auditoria teve como objetivo verificar a regularidade das contratações de obras e/ou serviços de engenharia, de acordo com as Resoluções CNJ nº 114/2010 e TJSP nº 624/2013, e as recomendações foram no sentido de: que as novas contratações tenham os seus objetos definidos em cláusulas contratuais; verificação de discrepância encontrada através das análises; e a observância, com maior rigor, às disposições da Lei de Licitações, em especial, quanto à formalização de contratos e cumprimento dos prazos.

Pendências: Acompanhamento das recomendações.

2.6.5 Fiscalização do cumprimento de referenciais definidos na Tabela de Componentes Padronizados (RA 18/2015 - item 6.2 - PAA 2015).

A auditoria fiscalizou o cumprimento dos referenciais definidos na Tabela 2, Anexo I da Resolução CNJ nº 114/2010, resultando em relatório de auditoria que recomendou a edição da Tabela de Componentes Padronizados, a fim de viabilizar o imediato atendimento ao art. 4º da Res. TJSP nº 624/2013.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.6.6 Auditoria de Gestão em contratações emergenciais (RA 19/2015 - item 6.3 - PAA 2015).

O relatório preliminar nº 19/2015 tem como propósito avaliar os fundamentos e a regularidade de contratos emergenciais de obras e serviços de engenharia nos períodos de 2014 e 2015, dando ênfase à caracterização da situação emergencial.

Pendências: Relatório preliminar em fase de conclusão.

3. APOIO AO CONTROLE EXTERNO (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo)

Apoiar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e acompanhar os diversos setores da Administração na auditoria anual realizada no Tribunal de Justiça, conforme dispõe o artigo 564, Seção XIII, Capítulo I, Título III da Instrução TC 01/2008 e inciso V, artigo 2º, da Portaria 7.800/2010.

Período: fevereiro a março (auditoria “in loco”)

abril a dezembro (acompanhamento)

4. EMISSÃO DE PARECERES DE REGULARIDADE EM CONTRATAÇÕES DIRETAS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (art. 96, § único, do Prov. 2138/13)

Foram emitidos 20 pareceres de regularidade (conformidade) com enfoque na análise dos procedimentos e documentos juntados nos processos de contratação direta por inexigibilidade de licitação. Em 3.09.15 foi publicado o Provimento 2280/15, que revogou o art. 96, § único, do Prov. 2138/13.

5. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Aprimoramento técnico para o desenvolvimento das atividades de auditoria interna por meio de leitura de livros e revistas técnicas, DJE, nos sites do CNJ,



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

TCE, TCU, SEFAZ, SPRD, nos sistemas SIAFEM e SIGEO, além da participação em cursos presenciais e EAD ministrados pelo TJ/EJUS, CNJ, TCU, FAZESP e outras instituições, com especial enfoque no curso do IIA Brasil – AUDI II, formação de auditores em nível avançado.

Ciro Alencar de Carvalho	Curso de Seleção de Fornecedores de TI- ENAP - Escola Nacional de Administração Pública (30 horas) Curso sobre o Novo Acordo Ortográfico – CEAJUD EAD-CNJ (10 horas)
Douglas Alaor Franco Martins	Curso de capacitação para Agentes Administrativos Judiciários – Lei Complementar nº 1260/2015 (48 horas)
Dulce Toyoko Kuniyoshi	Curso de Formação de Auditores Internos - AUDI II - IIA Brasil – 32 h 13ª Semana Jurídica - TCE/SP – 7h30m 1º Seminário Internacional de Boa Governança no Setor Público – TCE/SP – 3h Liderança e Sustentabilidade – EJUS 2h Não existe Gestão sem Comunicação – EJUS 2h Resistir é Preciso – EJUS – 2h Assédio Moral na Administração Pública – EJUS 2h Liderança, Espiritualidade e Relacionamento no ambiente de trabalho – EJUS – 2h Programa de preparação para a aposentadoria – EJUS – 10h IX Seminário – A importância da Saúde na Gestão de Pessoas – Stress, Saúde e Gestão – EJUS - 3h30 Literatura pra que? A importância da Leitura em nosso Cotidiano – EJUS – 2h Outubro Rosa no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – EJUS – 2h
Eleni Pazin	Auditoria em Organizações do Setor Público – AVM Faculdade Integrada - 420h Curso de Formação de Auditores – Audi II – IIA Brasil - 32h Curso de Prestação de Contas de Convênios – TCU - 30 h Curso de Legisl. Aplicada à Logística de Suprimentos - Enap - 30 h Curso de Introdução à Gestão de Processos – Enap - 20 h Curso de Ativo Imobilizado – CRCSP - 3 h Contabilidade Pública – Módulo I – CRCSP - 8h Contabilidade Pública – Módulo II – CRCSP - 8h



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

	<p>Siafem, Almoxarifado e Patrimônio - SCF5000/15 – Fazesp - 35 h</p> <p>Capacitação – Contabilidade aplicada ao Setor Público – CRCSP - 8 h</p> <p>A Importância da Saúde na Gestão de Pessoas – EJUS - 3,30 h</p> <p>Vencendo ao Sabor do Vento – EJUS - 2h</p> <p>Trabalho e Bem Estar – EJUS - 2 h</p> <p>A Mágica da Motivação – EJUS - 2 h</p> <p>Liderança e Sustentabilidade – EJUS - 2 h</p> <p>Palestra Não existe Gestão Sem Comunicação – EJUS - 2 h</p> <p>Palestra Terapia do Riso: Aprenda a Rir de Si Mesmo – EJUS - 2 h</p> <p>Palestra Campanha Dicas de Etiqueta Profissional – EJUS - 2 h</p>
Elias Palma da Silva	<p>Curso de capacitação para Agentes Administrativos Judiciários – Lei Complementar nº 1260/2015 (48 horas)</p>
Jorgeana Souza dos Santos	<p>Curso de Gestão Administrativa – EJUS (140 horas)</p> <p>Orçamento Público: conceitos básicos – ENAP (30 horas)</p> <p>Curso de Capacitação para Agentes Administrativos – EJUS (48 horas)</p> <p>Linguagem corporal e mentiras: como identificar mensagens não verbais – EJUS (02 horas)</p> <p>IX Seminário: A importância da saúde na gestão de pessoas – Stress, saúde e gestão – EJUS (03 horas e 30 minutos)</p>
Luciany Lie Yanaguisawa	<p>Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Auditoria em Organizações do Setor Público – AVM Faculdade Integrada (420 horas)</p> <p>Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos – ENAP (40 horas)</p> <p>1º Seminário Internacional de Boa Governança no Setor Público – TCESP (03 horas)</p> <p>Fundamentos de Controle Interno – Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS - TCESP (06 horas)</p> <p>Ética e Serviço Público – ENAP (20 horas)</p> <p>Apresentação Fase IV AUDESP – Módulo de Licitações e Contratos – Capital – TCESP (04 horas)</p> <p>Introdução à Gestão de Processos – ENAP (20 horas)</p> <p>13ª Semana Jurídica – TCESP (7 horas e 30 minutos)</p> <p>Trabalho e Bem estar – EJUS (02 horas)</p> <p>Memorização e concentração para o dia a dia: desperte o seu potencial mental – EJUS (02 horas)</p> <p>A mágica da motivação – EJUS (02 horas)</p> <p>Liderança e sustentabilidade – EJUS (02 horas)</p> <p>Não existe gestão sem comunicação – EJUS (02 horas)</p>



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

	<p>Resistir é preciso – EJUS (02 horas)</p> <p>Literatura pra quê? A importância da leitura em nosso cotidiano – EJUS (02 horas)</p> <p>Assédio Moral na Administração Pública – EJUS (02 horas)</p> <p>Outubro Rosa no TJSP – EJUS (02 horas)</p>
Maeve Fabiana Rocha Pinto	<p>Curso de Formação de Auditores Internos - AUDI II - IIA Brasil – 32 h</p> <p>Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (nível intermediário) – Enap – 40 h</p> <p>IX Seminário – A importância da Saúde na Gestão de Pessoas – Stress, Saúde e Gestão – EJUS – 3h30m</p> <p>Liderança e Sustentabilidade – EJUS 2h</p> <p>Não existe Gestão sem Comunicação – EJUS – 2 h</p> <p>Terapia do Riso -,Aprenda a Rir de Si Mesmo EJUS 2h</p> <p>Resistir é Preciso – EJUS – 2h</p> <p>Assédio Moral na Administração Pública – EJUS – 2h</p>
Marcel Dias Ferraz	<p>Curso de Seleção de Fornecedores de TI- ENAP - Escola Nacional de Administração Pública (30 horas)</p> <p>Curso de Extensão em Gestão Pública, Centro Universitário Alvares Penteado – FECAP (60 horas)</p>
Marcelo Sanches Ramos	<p>Curso de capacitação para Agentes Administrativos Judiciários – Lei Complementar nº 1260/2015 (48 horas)</p>
Maria Regina de Souza Szelbracikowski	<p>Pós graduação em Auditoria em Organizações Públicas – AVM- Faculdade Integrada (420 h)</p> <p>Fundamento de Controle Interno – Regimes próprios de Previdência Social –RPPS – TCE – 8 h</p> <p>Memorização e concentração para o dia a dia: Desperte o seu potencial mental – EJUS – 2h</p> <p>Trabalho e bem-estar – EJUS – 2h</p> <p>A Mágica da Motivação – EJUS – 2h</p> <p>Liderança e Sustentabilidade – EJUS – 2h</p> <p>Não existe Gestão sem Comunicação – EJUS – 2h</p> <p>Resistir é Preciso – EJUS 2h</p> <p>Assédio Moral na Administração Pública – EJUS – 2h</p> <p>Liderança, Espiritualidade e Relacionamento no ambiente de trabalho – EJUS – 2h</p> <p>Programa de preparação para a aposentadoria – EJUS – 10h</p>
Misael Moura Badega	<p>Auditoria em Organizações do Setor Público – AVM Faculdade Integrada - 420h</p>



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

	<p>Siafem, Almoxarifado e Patrimônio - SCF5000/15 – Fazesp - 35 h</p> <p>Contabilidade Pública – Módulo I – CRCSP - 8 h</p> <p>Excel de A a Z – Excel na Web – 2h</p> <p>Linguag.corporal/mentira: identificação de mensagens não verbais - 2 h</p> <p>Resistir é Preciso Des. Renato Nalini – Presidente TJSP – EJUS - 2 h</p>
Nancy Nagata	<p>Gestão Financeira e Orçamentária em Organizações Públicas - AVM Faculdade Integrada - 420 h</p> <p>Siafem, Almoxarifado e Patrimônio - SCF5000/15 – Fazesp - 35 h</p> <p>Contabilidade Pública – Módulo I – CRCSP - 8 h</p> <p>Contabilidade Pública – Módulo II – CRCSP – 8 h</p> <p>Linguag.corporal/mentira: identificação de mensagens não verbais - 2 h</p> <p>Vencendo ao Sabor do Vento – EJUS - 2 h</p> <p>Memorização/Concentração: desperte o potencial mental- EJUS – 2h</p> <p>A Mágica da Motivação – EJUS – 2 h</p> <p>Não existe Gestão Sem Comunicação – EJUS – 2 h</p> <p>Terapia do Riso: Aprenda a Rir de Si Mesmo – EJUS - 2 h</p> <p>Ministra do STF Drª Camén Lúcia Antunes Rocha - TCE – 3 h</p> <p>Resistir é Preciso Des. Renato Nalini – Presidente TJSP – EJUS - 2 h</p>
Renato Yoshinobu Kuba	<p>Curso de Formação de Auditores Internos – nível intermediário – AUDI II EOP – IIA Brasil (32 horas)</p> <p>Curso de Extensão em Gestão Pública – FECAP (60 horas)</p> <p>Corrupção na Administração Pública – EJUS (04 horas)</p> <p>1º Seminário Internacional de Boa Governança no Setor Público – TCESP (03 horas)</p> <p>Liderança e sustentabilidade – EJUS (02 horas)</p>
Rosângela de Sousa Carmo	<p>MBA Executivo em Auditoria e Finanças – Unicid – 411 h</p> <p>Formação de Auditores – Audi II – Nível Intermediário - IIA Brasil - 32 h</p> <p>Gestão e Fiscal. Contratos Administrativos – Nível Intermediário – 40 h</p> <p>Estruturas de Gestão Pública – TCU - 30 h</p> <p>Contabilidade Pública – Módulo I – CRCSP - 8 h</p> <p>Contabilidade Pública – Módulo II – CRCSP - 8 h</p> <p>Siafem, Almoxarifado e Patrimônio - SCF5000/15 – Fazesp - 35 h</p> <p>Capacitação Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CRCSP - 8 h</p> <p>Vencendo ao Sabor do Vento – EJUS - 2 h</p> <p>Não existe Gestão Sem Comunicação – EJUS – 2 h</p> <p>Dicas de Etiqueta Profissional – EJUS - 2 h</p>



PODER JUDICIÁRIO

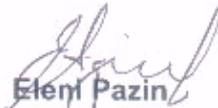
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

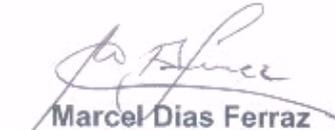
Forum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

	Memorização/Concentração: desperte o potencial mental- EJUS – 2h Resistir é Preciso – EJUS – 2 h Convivendo com a diversidade – EJUS – 2 h
Sun Rei Ping	Pós Graduação (lato sensu) em Matemática Financeira e Estatística - Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira – FETREMIS - 420h Improbidade Administrativa – CNJ - 20 h Teoria Geral da Improbidade Administrativa – EPM - 18 h Treinamento sobre Gestão de Contratos Administrativos – Aspectos Jurídicos - NDJ – Nova Dimensão Jurídica - 16 h Linguagem Corporal e Mentira: Como Identificar Mensagens Não verbais - EJUS - 02 h Trabalho e Bem Estar - EJUS - 02 h Memorização e Concentração para o dia a dia – Desperte seu potencial mental - EJUS - 02 h A Mágica da Motivação - EJUS - 02 h TJ + Sustentável - EJUS - 02:30 h Assédio Moral na Administração Pública – EJUS - 02 h Liderança, Espiritualidade e Relacionamentos no Ambiente de Trabalho - EJUS - 02 h Ética, Individuo e Sociedade - EJUS - 01:30 h

São Paulo, 11 de dezembro de 2015.


Maeve Fabiana Rocha Pinto
Coordenadora
DCI 2


Eleni Pazin
Coordenadora
DCI 3


Marcel Dias Ferraz
Coordenador substituto
DCI 4


Renato Yoshinobu Kuba
Diretor
DCI